



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO

Nº 72, DE 2000

**(Contra decisão conclusiva de Comissão)
Com Parecer, quanto ao mérito, contrário
(Do Sr. Arlindo Chinaglia e outros)**

Recorre, nos termos do art. 58, § 3º combinado com o art. 132, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que o Plenário delibere sobre o Projeto de Lei nº 1.106, de 1995.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO.)

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 58, § 3º, combinado com o artigo 132, § 2º, do Regimento Interno, apresentamos o presente **recurso**, para que o Plenário da Câmara dos Deputados delibere sobre o Projeto de Lei nº 1.106/95, que “altera a redação do artigo 459, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943”.

Sala das Sessões, em 22-2-2000

Assinatura manuscrita de Arlindo Chinaglia, acompanhada de uma marcação gráfica semelhante a um traço de caneta.

Deputado Arlindo Chinaglia
PT/SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)
Conferência de Assinaturas

23/02/00 15:40:48

Página: 001

Tipo da Proposição: REC

Autor da Proposição: ARLINDO CHINAGLIA E OUTROS

Data de Apresentação: 22/02/00

Ementa: Recorre, nos termos do art. 58, § 3º c/c o art. 132, § 2º do RICD, para que o Plenário delibere sobre o PL. 1106/95

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:	Confirmadas	072
	Não Conferem	007
	Licenciados	000
	Repetidas	010
	Ilegíveis	001
	Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADÃO PRETTO	PT	RS
2	AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
3	AIRTON DIPP	PDT	RS
4	ALCEU COLLARES	PDT	RS
5	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ
6	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
7	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
8	ANTONIO PALOCCI	PT	SP
9	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
10	AVENZOAR ARRUDA	PT	PB
11	BABÁ	PT	PA
12	BISPO RODRIGUES	PL	RJ
13	CARLITO MERSS	PT	SC
14	CARLOS MOSCONI	PSDB	MG
15	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
16	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
17	DR. ROSINHA	PT	PR
18	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
19	EDUARDO JORGE	PT	SP
20	ESTHER GROSSI	PT	RS

21	EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO
22	FERNANDO CORUJA	PDT	SC
23	FERNANDO MARRONI	PT	RS
24	FERNANDO ZUPPO	PDT	SP
25	GERALDO MAGELA	PT	DF
26	GILMAR MACHADO	PT	MG
27	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
28	HENRIQUE FONTANA	PT	RS
29	INALDO LEITÃO	PSDB	PB
30	JAIR MENEGUELLI	PT	SP
31	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
32	JAQUES WAGNER	PT	BA
33	JOÃO FASSARELLA	PT	MG
34	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
35	JOÃO MAGNO	PT	MG
36	JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ
37	JOSÉ ANTONIO	PSB	MA
38	JOSÉ DIRCEU	PT	SP
39	JOSÉ GENOÍNO	PT	SP
40	JOSÉ MACHADO	PT	SP
41	JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
42	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
43	LUIZ MAINARDI	PT	RS
44	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
45	MARCELO DÉDA	PT	SE
46	MÁRCIO MATOS	PT	PR
47	MARCOS AFONSO	PT	AC
48	MARCOS ROLIM	PT	RS
49	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
50	MEDEIROS	PFL	SP
51	MILTON TEMER	PT	RJ
52	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
53	NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS
54	NEUTON LIMA	PFL	SP
55	NILSON MOURÃO	PT	AC
56	PAULO PAIM	PT	RS
57	PAULO ROCHA	PT	PA
58	PEDRO CELSO	PT	DF
59	PEDRO WILSON	PT	GO
60	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
61	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
62	RENATO VIANNA	PMDB	SC
63	SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO
64	SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE
65	VALDIR GANZER	PT	PA
66	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM

67	VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC
68	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
69	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ
70	WALDIR PIRES	PT	BA
71	WALTER PINHEIRO	PT	BA
72	WELLINGTON DIAS	PT	PI

Assinaturas que Não Conferem

1	ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP
2	CARLOS SANTANA	PT	RJ
3	CORNÉLIO RIBEIRO	PDT	RJ
4	DR. HÉLIO	PDT	SP
5	JOSÉ ROBERTO BATÓCHIO	PDT	SP
6	PAULO BRAGA	PFL	BA
7	ROBSON TUMA	PFL	SP

Assinaturas Repetidas

1	AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
2	FERNANDO ZUPPO	PDT	SP
3	HENRIQUE FONTANA	PT	RS
4	JOSÉ GENOÍNO	PT	SP
5	JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
6	MÁRCIO MATOS	PT	PR
7	PAULO PAIM	PT	RS
8	SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE
9	WALDIR PIRES	PT	BA
10	WELLINGTON DIAS	PT	PI

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposição

Ofício nº 31 / 00

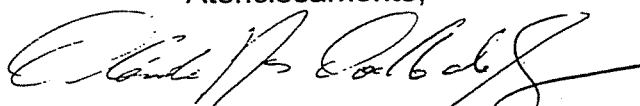
Brasília, 23 de fevereiro de 2000.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Sr. Deputado ARLINDO CHINAGLIA E OUTROS, que "Recorre, nos termos do art. 58, § 3º c/c o art. 132, § 2º do RICD, para que o Plenário delibere sobre o PL. 1106/95", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

072 assinaturas confirmadas;
007 assinaturas não confirmadas;
010 assinaturas repetidas;
001 assinatura ilegível.

Atenciosamente,



CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

(*) PROJETO DE LEI Nº 1.106-A, DE 1995

(Do Sr. Arlindo Chinaglia)

Altera a redação do artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - Projetos apensados: nºs 3.413/97 e 4.196/98
- III - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do Relator
 - parecer complementar
 - parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 459

§ 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado até o último dia útil do mês vencendo.

§ 2º No caso do pagamento depender da apuração de comissões, de percentagens ou de gratificações, deve ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Na prática trabalhista, o salário pode ser pago por dia, semana, quinzena ou mês.

É inadmissível, pois, em regra, que o salário contratado por mês seja pago em prazo superior à sua competência. A finalidade deste princípio é evitar que o empregador retenha, durante certo tempo, o dinheiro a que faz jus o trabalhador e que é essencial à sua subsistência, pois a maioria das taxas públicas e despesas familiares, tais como aluguel, mensalidades escolares etc., têm seu vencimento no último dia do mês.

Temos que levar, ainda, em consideração, o caráter alimentar do salário, pois o trabalhador, em geral, conta somente com ele para sobreviver.

Devemos, todavia, ressaltar os casos de pagamento por meio de comissões e percentagens, que, em razão da dificuldade de operacionalização na apuração dos haveres, deve permanecer com o pagamento no quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

Isto posto, tendo em vista a relevância da matéria, pedimos o apoio e nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1995.

ARLINDO CHINAGLIA

Deputado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

DECRETO-LEI Nº 5.452 – DE 1º DE MAIO DE 1943¹

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

TÍTULO IV

DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Capítulo II DA REMUNERAÇÃO

Art. 459. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

§ 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

- Redação dada pela lei nº 7.855/89, cujo art. 4º dispõe: "O salário pago fora dos

prazos previstos na lei, acordos ou convenções coletivas e sentenças normativas sujeitará o infrator a multa de 160 BTN por trabalhador prejudicado, salvo motivo de força maior (art. 501 da CLT)

Nota: Multa convertida em 160 UFIR

- Este § 1º substitui o parágrafo único anterior
- O decreto-lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975 dispõe sobre o salário-educação (D.O. 24-10-1975 vigência a partir de 1-1-1976). Regulamentado pelo decreto nº 87.043, de 22 de março de 1982 (D.O. 23-3-1982)
- V neste volume a legislação agrupada sob os títulos "GRATIFICAÇÃO DE NATAL" e "SALÁRIOS"

PROJETO DE LEI Nº 3.413 DE 1997

(Do Sr. Paulo Paim)

Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.106, DE 1995)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O § 1º do art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 459

§ 1º. Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o segundo dia útil do mês subsequente ao vencido.

....."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

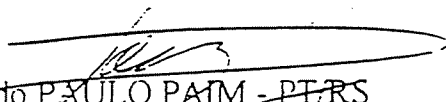
O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando senador, apresentou e foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, Projeto de Lei que altera a data de pagamento do salário dos trabalhadores para o segundo dia do mês.

O Projeto foi apreciado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde obteve unanimidade na aprovação. Este deputado foi contemplado à época, com a relatoria da matéria.

A importância desta proposição se prende ao fato de que as contas públicas geralmente são pagas até o segundo dia de cada mês. E além da

defasagem salarial que atinge os trabalhadores, estes acabam sendo também punidos por multa de mora.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1997.


~~Deputado PAULO PAIM - PT-RS~~

22/07/97

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

DECRETO-LEI Nº 5.452 DE 01 DE MAIO DE 1943

APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO.

TÍTULO IV

Do Contrato Individual do Trabalho

CAPÍTULO II

Da Remuneração

Art. 459 - O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

§ 1º - Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

* § 1º conforme a Lei número 7.855, de 24.10.1989

Defiro, nos termos do art. 142 do RICD. Apense-se o PL nº 4.196/98 ao PL nº 1.106/95. Oficie-se ao requerente e apos. publique-se.

Em 14/04/98.


PRESIDENTE

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE
50ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

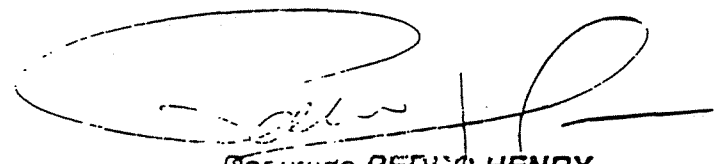
Ofício nº 47/98

Brasília, 25 de março de 1998.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno, requiro a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 4.196/98 - do Sr. Benedito Domingos - que "acrescenta parágrafo 2º ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho", ao Projeto de Lei nº 1.106/95 - do Sr. Arindo Chinaglia - que "altera a redação do artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente.


Deputado PEDRO HENRY

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MICHEL TEMER
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

PROJETO DE LEI Nº 4.196, DE 1998
(DO SR. BENEDITO DOMINGOS)

Acrescenta parágrafo 2º ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho.

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º O art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 2º.

"Art. 459.

§ 1º

§ 2º Para efeito de contagem dos dias úteis, excluem-se o sábado, o domingo e feriados federais, estaduais e municipais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Existem, tramitando nas diversas comissões temáticas da Câmara dos Deputados, inúmeras proposições oriundas de parlamentares, alterando dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, adaptando as normas trabalhistas aos tempos atuais.

Quando da vigência da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a maioria das empresas e serviços públicos existentes no País funcionava aos sábados.

Hoje, se quisermos efetuar um pagamento na rede bancária, se quisermos usar os serviços das repartições públicas, somente poderemos fazê-

lo de segunda a sexta-feira. São poucos os segmentos que optam pela mão-de-obra do trabalhador aos sábados, como é o caso do comércio varejista, que vem funcionando regularmente nesse dia e até aos domingos e feriados em épocas que há perspectiva de melhores vendas. Até o setor da construção civil também vem adotando a jornada de trabalho no período de 5 dias, ou seja, de segunda a sexta-feira.

A não obrigatoriedade do trabalho aos sábados foi uma das grandes conquistas conseguidas pelo trabalhador urbano.

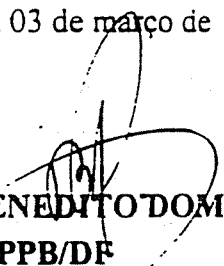
Ocorre, que na instrução normativa nº 01, de 07 de novembro de 1989, que dispõe sobre o prazo para pagamento do salário, o Ministério do Trabalho considera que o sábado é dia útil, determinando que as Delegacias Regionais deverão observar que, na contagem dos dias úteis, o sábado deverá ser incluído.

Ora, se o quinto dia útil cair no sábado, o empregador terá que efetuar o pagamento de seus funcionários na sexta-feira, sob pena de ter que arcar com pesada multa administrativa.

Essa medida, no nosso entendimento, vem prejudicando e causando transtornos aos empregadores. Cito, por exemplo, entre os mais variados motivos que possam impossibilitar o cumprimento desse mandamento, o fato de que determinada empresa, tendo depositado numerário através de cheque em conta-corrente na sexta-feira, somente terá o valor liberado na segunda-feira, porque o banco não funciona no sábado, e, se não efetuar o pagamento no 4º dia, ou seja, na sexta-feira, pagará pesada multa, uma vez que o sábado é dia útil para a empresa, porém não o é para o banco.

O projeto de lei em epígrafe visa corrigir essa distorção, evitando que sejam cometidas injustiças com empregador responsável, que tem o compromisso de fazer cumprir as normas trabalhistas.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1998.


Deputado BENEDITO DOMINGOS
PPB/DF

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 01 DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

TÍTULO IV Do Contrato Individual do Trabalho

.....

CAPÍTULO II Da Remuneração

.....

Art. 459 - O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

§ 1º - Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

* § 1º conforme a Lei número 7.855, de 24.10.1989.

.....

.....

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o prazo para o pagamento do salário.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais e, considerando que o pagamento mensal dos salários deve ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, nos termos do § 1º do artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 7.355, de 24 de outubro de 1989; considerando que o pagamento dos salários deve ser efetuado em dia útil e no local de trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, conforme o artigo 465 da CLT; considerando o disposto na Portaria Ministerial nº 3.281, de 07 de dezembro de 1984 (D.O.U. de 12/12/84) e, considerando que o sábado é dia útil, resolve: 1. Para efeito de orientação quanto ao prazo para o pagamento dos salários as Delegacias Regionais do Trabalho deverão observar o seguinte: I) na contagem dos dias será incluído o sábado excluindo-se o domingo e feriado, inclusive o municipal; II) quando o empregador utilizar o sistema bancário para o pagamento dos salários os valores deverão estar à disposição do empregado o mais tardar, até o quinto dia útil; III) quando o pagamento for efetuado através de cheque, deve ser assegurado ao empregado: a) horário que permita o desconto imediato do cheque; b) transporte, caso o acesso ao estabelecimento de crédito exija a utilização do mesmo; IV) o pagamento estipulado por quinzena ou semana, deve ser efetuado, até o quinto dia após o vencimento; V) constatada a inobservância das disposições contidas nesta Instrução caberá ao Fiscal do Trabalho a lavratura de auto de infração conforme EMENTA Nº 0363, que passa a ter a seguinte redação, mantida a EMENTA Nº 0364:

EMENTA 0363 .- Não efetuar o pagamento mensal dos salários até o quinto dia útil subsequente ao vencido (§ 1º do art. 459 da CLT).

2. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO DA SILVA VILA NOVA

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS****PROJETO DE LEI Nº 1.106/95**

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 5/12/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 1995.


Tatita Yeda de Almeida
Secretária

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1.106, de 1995, apresentado pelo eminente Deputado Arlindo Chinaglia aos 18 de outubro próximo passado, tem como finalidade alterar a redação do § 1º do art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, antecipando para o último dia útil do mês trabalhado o pagamento do salário mensal, bem como acrescentar ao referido dispositivo legal parágrafo segundo, estabelecendo que o pagamento de comissões, percentagens e gratificações deve ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente.

Alega o autor do projeto que, vencendo-se normalmente as obrigações financeiras do trabalhador até o último dia útil do mês, visa o projeto a evitar que empregador retenha o numerário a que tem direito o empregado, obrigando-o a fazer seus pagamentos sempre com atraso.

Emenda alguma foi apresentada ao projeto no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

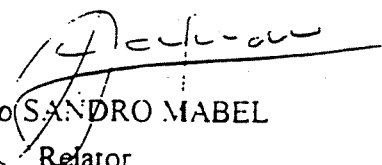
Não indiferente a louvável iniciativa e às bem fundamentadas razões do autor do projeto, mister se faz observar que a antecipação do pagamento do salário para o último dia útil do mês trabalhado e a fixação do quinto dia útil do mês subsequente como data-limite para o pagamento do restante da remuneração seria extremamente benéfica ao trabalhador em época de inflação alta, quando qualquer demora no pagamento proporciona perda substancial do salário.

Felizmente, não é a realidade atual.

A antecipação da data de pagamento do salário para o último dia útil do mês atribuiria a estrutura administrativa das empresas, sobretudo das pequenas, tanto do departamento financeiro como de pessoal, que teriam acúmulo de atribuições. Ocorreriam, inevitavelmente, empecilhos ao fechamento das folhas de pagamento: os encargos trabalhistas decorrentes do último dia útil do mês não poderiam ser incluídos na folha de pagamento.

Por tais razões, opino contrariamente ao Projeto de Lei nº 116, de 1995, apresentado pelo eminente Deputado Arlindo Chinaglia, votando por sua rejeição

Sala da Comissão, em 14 de fevereiro de 1996


Deputado SANDRO MABEL
Relator

PARECER COMPLEMENTAR

I - RELATÓRIO

A presente iniciativa, de autoria do nobre Deputado Arlindo Chinaglia, visa alterar a redação do artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de estabelecer, principalmente, que o pagamento efetuado mensalmente devesse ser pago até o último dia do mês vencendo

O Autor pretende, com a proposição, "evitar que o empregador retenha, durante certo tempo, o dinheiro a que faz jus o trabalhador e que é essencial a sua subsistência, pois a maioria das taxas públicas e despesas familiares, tais como aluguel, mensalidades escolares etc têm seu vencimento no ultimo dia do mês."

Ressalva, no projeto, que os casos de pagamento por meio de comissões e porcentagens permaneceriam sendo pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido

Foram apensados a proposição os seguintes projetos de lei:

01 - Projeto de lei nº 3.413, de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim, dispondo que o pagamento estipulado por mês deveria ser efetuado até o segundo dia útil do mês subsequente ao vencido;

02 - Projeto de lei nº 4.196, de 1998, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que pretende excluir, para efeito de contagem dos dias uteis, o sábado, o domingo e feriados federais, estaduais e municipais

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos de lei.

E o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, cabe-nos analisar o mérito das proposições.

Em que pese as intenções dos ilustres parlamentares autores dos Projetos de lei nºs 1.106, de 1995, e 3.413, de 1997, ousamos discordar do mérito das proposições. A antecipação do pagamento do salário só teria sentido se estivessemos ainda vivendo em época de inflação alta, quando qualquer demora no pagamento proporciona perda substancial do salário.

Esta não é mais a realidade brasileira. Hoje o trabalhador pode programar, de antemão, o pagamento de todos os seus compromissos financeiros.

A antecipação da data de pagamento, seja para o último dia do mês vencendo, seja para o segundo dia do mês subsequente, atribularia a estrutura administrativa das empresas, sobretudo das pequenas, tanto do departamento financeiro

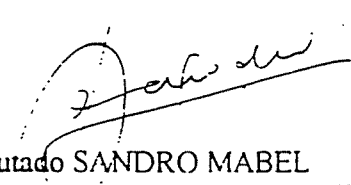
como de pessoal, que teriam acúmulo de atribuições. Ocorreriam, inevitavelmente, empecilhos ao fechamento das folhas de pagamento: os encargos trabalhistas decorrentes do último dia do mês não poderiam ser incluídos na folha de pagamento.

Por outro lado, o Projeto de lei nº 4.196, de 1998, pretende adequar a legislação trabalhista às mudanças ocorridas em nosso dia a dia, pois efetivamente são poucos os segmentos que têm optado por trabalhar aos sábados. Mesmo assim, Portaria do Ministério do Trabalho determina que, para efeito de pagamento de salário, o sábado é contado como dia útil, o que tem apenado os empregadores que dependem dos bancos para efetuarem os pagamentos, porque os mesmos não abrem aos sábados, obrigando as empresas a efetuarem o pagamento antecipadamente.

Dessa forma, concordamos com o Deputado Benedito Domingos quando, ao justificar seu projeto, argumentou que a proposição *"visa corrigir essa distorção, evitando que sejam cometidas injustiças com empregador responsável, que tem o compromisso de fazer cumprir as normas trabalhistas"*.

Pelo exposto, votamos pela rejeição dos Projetos de lei nºs 1.106, de 1995 e 3.413, de 1997, e pela aprovação do Projeto de lei nº 4.196, de 1998.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1998.


Deputado SANDRO MABEL
Relator

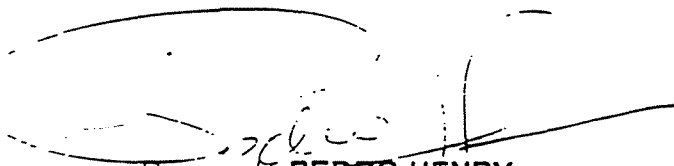
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, REJEITOU, unanimemente, o Projeto de Lei nº 1.106/95 e o PL nº 3.413/97, apensado e APROVOU o PL nº 4.196/98, apensado nos termos do parecer do Relator, Deputado Sandro Mabel.

Estiveram presentes os senhores Deputados Pedro Henry, Presidente; Jovair Arantes e Jair Meneguelli, Vice-Presidentes; Noel de Oliveira, Agnelo

Queiroz, Sandro Mabel, José Pimentel, Marcus Vicente, Paulo Rocha, José Carlos Aleluia, Arnaldo Faria de Sá, Valdomiro Meger, Luciano Castro, Wigberto Tartuce, Benedito Guimarães e Mendonça Filho.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 1998.



Deputado PEDRO HENRY
Presidente